

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Relatório Anual

Em 31 de Dezembro de 2019

1. Atividade

O ano de 2019 reflete o fecho de um ciclo na atividade da Fundação durante o qual esta desenvolveu um conjunto de iniciativas através de projetos próprios e projetos de terceiros por ela patrocinados, e enquadrados nos seus fins estatutários.

No primeiro semestre de 2019, iniciaram-se conversações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros tendentes ao reforço financeiro da Fundação e à definição de um novo projeto âncora de cooperação entre Portugal e sobretudo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Estes trabalhos irão certamente ser prosseguidos pelos novos órgãos sociais da Fundação que serão eleitos para o mandato que se inicia em 2020.

Assim, a atividade da Fundação em 2019 limitou-se à sua gestão corrente, não tendo financiado quaisquer iniciativas próprias ou de terceiros e suspendeu igualmente o projeto “Memórias de África e do Oriente” e também a publicação do Boletim do Observatório de África.

Na assembleia geral realizada em 2019, foi aprovada a afetação de um montante de 500 mil euros para a reconstrução de escolas profissionais, enquadradas no projeto da Fundação “Escolas Profissionais de Moçambique” e que foram destruídas pelas intempéries que assolaram Moçambique em 2018.

Foi pedido a uma empresa construtora portuguesa com implantação em Moçambique um orçamento para a recuperação das Escolas, o qual já foi elaborado em articulação com a Eng^a Sara Vicente Ferreira que está Moçambique.

Foi apresentado um valor de 479.371,14 USD englobando os trabalhos de construção civil, mobiliário e aquisição de equipamento escolar.

Esta proposta tinha como objeto que os trabalhos de recuperação das escolas fossem concluídos até Junho 2020.

As dificuldades surgidas na revisão dos valores orçamentados que foram considerados muito elevados, levaram ao adiamento do início desta iniciativa.

2. Evolução Económica Financeira

O resultado líquido do exercício de 2019 situou-se em 66.498 euros, que se traduz num aumento significativo do mesmo face ao ano de 2018 em que se registou um prejuízo de 551.604 euros.

Para esta evolução muito contribuiu, por um lado, os resultados apurados na gestão dos investimentos financeiros da Fundação e, por outro, o reduzido nível de atividade que se limitou praticamente às despesas correntes.

O ativo total líquido da Fundação, no final de 2019, é de 10.262.091 euros, registando um aumento de 33.558 euros.

Os fundos patrimoniais de 10.244.366 euros no final do ano de 2019, registaram também um aumento face ao exercício anterior (10.211.492€).

De referir que, apesar de em 31 de Março de 2020, se ter verificado uma desvalorização da carteira de aplicações financeira da Fundação, justificável pela situação provocada nos mercados financeiros pela pandemia do COVID-19, em 30 de Abril de 2020, o valor da carteira situava-se nos níveis de 31 de Dezembro de 2019, o que evidencia o perfil conservador das aplicações financeiras, tendo se entretanto reduzido praticamente a totalidade da exposição a produtos de maior risco.

3. Aplicação do Resultado do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 66.498 euros seja aplicado em Resultados Transitados.

4. Atividade Futura

A atividade futura da Fundação irá depender do projeto de parceria que se encontra em negociação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e que certamente será levado a bom termo no próximo mandato dos órgãos sociais da Fundação.

5. Agradecimentos

Manifesta-se o agradecimento do Conselho de Administração:

- Aos Fundadores
- Ao Conselho Fiscal
- Às demais entidades públicas que apoiaram a Fundação.

Desejamos também manifestar os nossos agradecimentos ao Dr. Jorge Miranda que desde Janeiro de 1995 desempenhou as funções de um verdadeiro Secretário Geral da Fundação, sempre com elevada competência profissional e um inestimável sentido de dedicação à Fundação e que manifestou a sua intenção de terminar estas funções logo que o atual Conselho de Administração cesse funções.

Porto, 1 de Junho de 2020

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

Pedro Alexandre de Morais e Castro, em representação da Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP - Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do Millennium BCP, S.A.

Luís Fernandes, em representação da Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Rodolfo Lavrador, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da Portugal Telecom, S.A. / Pharol, S.A.

Rui Moreira, em representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Balanços em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	Dezembro 2019	Dezembro 2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	475 574	561 730
Ativos intangíveis	6	208 091	275 730
Total do ativo não corrente		<u>683 665</u>	<u>837 460</u>
ATIVO CORRENTE:			
Outros créditos a receber		19 466	11 900
Ativos financeiros detidos para negociação	7	6 239 294	5 148 608
Caixa e depósitos bancários	4	3 319 666	4 230 565
Total do ativo corrente		<u>9 578 426</u>	<u>9 391 073</u>
Total do ativo		<u><u>10 262 091</u></u>	<u><u>10 228 533</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	8	11 372 599	11 372 599
Reservas	8	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados	8	(2 370 359)	(1 818 755)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	52 322	85 945
		<u>10 177 868</u>	<u>10 763 096</u>
Resultado líquido do período		66 498	(551 604)
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>10 244 366</u></u>	<u><u>10 211 492</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		9 254	9 122
Estado e outros entes públicos	9	384	522
Outras dívidas a pagar	10	8 087	7 397
Total do passivo corrente		<u>17 725</u>	<u>17 041</u>
Total do passivo		<u>17 725</u>	<u>17 041</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>10 262 091</u></u>	<u><u>10 228 533</u></u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong	António Vítor Martins Monteiro
Francisco Carvalho Guerra	Luis Fernandes
António Mexia	Rodolfo Lavrador
Pedro Morais e Castro	Luis de Sousa Macedo
Carlos Manuel Costa Pina	Rui Moreira
	Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Subsídios à exploração	11	3 690	145 708
Fornecimentos e serviços externos	12	(107 571)	(108 675)
Subsídios concedidos	13	(31 018)	(195 525)
Gastos com o pessoal		(11 344)	(10 566)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	314 084	(125 630)
Outros rendimentos	14	121 676	241 200
Outros gastos	15	(78 141)	(347 946)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		211 375	(401 434)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(153 796)	(158 055)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57 580	(559 489)
Juros e rendimentos similares obtidos	16	8 918	7 885
Resultado antes de impostos		66 498	(551 604)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		66 498	(551 604)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

António Mexia

Pedro Morais e Castro

Carlos Manuel Costa Pina

António Vítor Martins Monteiro

Luis Fernandes

Rodolfo Lavrador

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2019		11 372 599	1 123 306	(1 818 755)	85 945	(551 604)	10 211 492
Resultado integral do exercício	8					66 498	66 498
Aplicação de resultados	8			(551 604)		551 604	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 624)		(33 624)
		-	-	(551 604)	(33 624)	618 101	32 874
Posição no fim do exercício 2019		11 372 599	1 123 306	(2 370 359)	52 322	66 498	10 244 366

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2018		11 372 599	1 123 306	(1 672 138)	119 559	(146 617)	10 796 709
Resultado integral do exercício	8					(551 604)	(551 604)
Aplicação de resultados	8			(146 617)		146 617	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 613)		(33 613)
		-	-	(146 617)	(33 613)	(404 986)	(585 217)
Posição no fim do exercício 2018		11 372 599	1 123 306	(1 818 755)	85 945	(551 604)	10 211 492

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong António Vítor Martins Monteiro
Francisco Carvalho Guerra Luis Fernandes
António Mexia Rodolfo Lavrador
Pedro Morais e Castro Luis de Sousa Macedo
Carlos Manuel Costa Pina Rui Moreira
Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Montantes expressos em euros)

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos de subsídios e donativos	-	(24 500)
Pagamentos de apoios a projetos próprios	(31 562)	(183 866)
Recebimentos de subsídios à exploração	-	142 018
Pagamentos a fornecedores	(42 134)	(49 151)
Pagamentos ao pessoal	(7 725)	(6 986)
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa gerada pelas operações	(81 421)	(122 485)
Outros recebimentos / pagamentos	(44 908)	(51 804)
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das actividades operacionais [1]	(126 329)	(174 289)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	(15 000)
Investimentos	(6 351 074)	(8 309 682)
	<u> </u>	<u> </u>
	(6 351 074)	(8 324 682)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos	5 449 596	6 019 925
Juros e rendimentos similares	113 674	95 561
Dividendos	3 234	2 648
	<u> </u>	<u> </u>
	5 566 504	6 118 134
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	(784 570)	(2 206 548)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Redução de fundos	-	-
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(910 899)	(2 380 837)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 230 565	6 611 402
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 319 666	4 230 565
	<u> </u>	<u> </u>
	(910 899)	(2 380 837)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado
António Moreira Ferreira

Maria Celeste Hagatong
Francisco Carvalho Guerra
António Mexia
Pedro Morais e Castro
Carlos Manuel Costa Pina

O Conselho de Administração

António Vítor Martins Monteiro
Luis Fernandes
Rodolfo Lavrador
Luis de Sousa Macedo
Rui Moreira
Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2019

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo decreto-lei nº98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”) não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nomeadamente, nesta análise a Fundação teve em consideração que na última Assembleia Geral de Fundadores foi incluído um ponto de trabalho dedicado ao Futuro da Fundação Portugal-África, sendo que foi apresentada pelo representante do Fundador Banco BPI uma proposta, que mereceu a concordância de todos os presentes, de solicitar ao Conselho de Administração um plano sobre o futuro da Fundação, equacionando todos os cenários possíveis, que será posteriormente discutido em Assembleia Geral de Fundadores. No segundo semestre de 2019, iniciaram-se conversações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros tendentes ao reforço financeiro da Fundação e à definição de um novo projeto âncora de cooperação entre Portugal e sobretudo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, trabalhos que irão certamente ser prosseguidos pelos novos órgãos sociais da Fundação que serão eleitos para o mandato que se inicia em 2020. Até lá a Fundação irá manter uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso e reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos projetos promovidos por entidades terceiras.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

Os ativos que integram a rubrica de “Outros ativos fixos tangíveis” incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de Dezembro de 2018) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios

que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 - Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

3.15.1 -Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, tendo ainda em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

3.15.2 - Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação procura cumprir com este objetivo garantindo sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2019, seriam de, aproximadamente 3.320 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

3.15.3 - Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação procura aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

3.15.4 - Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados a Euribor.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2019 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Numerário	37	116
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	519.630	1.430.448
Depósitos a Prazo	<u>2.800.000</u>	<u>2.800.000</u>
	<u>3.319.666</u>	<u>4.230.565</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Depósitos a Prazo é constituída por um depósito a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço “Outros créditos a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2019

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	40.385	18.175	92.398	1.955.461
Alienações	-	-	-	(9.033)	-	-	(9.033)
Saldo final	294.291	1.509.866	346	31.352	18.175	92.398	1.946.428
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.251.437	346	40.385	17.957	83.605	1.393.730
Amortizações do exercício	-	85.962	-	-	136	59	86.157
Alienações	-	-	-	(9.033)	-	-	(9.033)
Saldo final	-	1.337.399	346	31.352	18.093	83.664	1.470.854
Ativos líquidos	294.291	172.467	-	-	82	8.734	475.574

2018

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294.291	1.509.865	346	40.385	18.176	92.398	1.955.459
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.176	92.398	1.955.459
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1.182.413	346	40.385	17.821	83.545	1.324.510
Amortizações do exercício	-	77.298	-	-	136	59	77.493
Transferências	-	(8.275)	-	-	-	-	(8.275)
Saldo final	-	1.251.436	346	40.385	17.957	83.605	1.393.728
Ativos líquidos	294.291	258.429	-	-	219	8.793	561.731

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” refere-se a apenas uma viatura, contrariamente a 2018 em que o saldo da rubrica se referia a duas viaturas que estavam a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto “Escolas Profissionais”. Estas viaturas encontravam-se já totalmente amortizadas. Durante os exercícios de 2019 e 2018 não existiram aquisições significativas ficando explicada a variação da rubrica pelas depreciações ocorridas.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2019

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Saldo final	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.084.860	4.797	811	1.090.468
Amortizações do exercício	67.639	-	-	67.639
Saldo final	1.152.499	4.797	811	1.158.107
Ativos Líquidos	208.091	-	-	208.091

2018

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.345.590	4.797	811	1.351.198
Aquisições	15.000	-	-	15.000
Saldo final	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	996.024	4.797	811	1.001.632
Amortizações do exercício	80.561	-	-	80.561
Transferências	8.274	-	-	8.274
Saldo final	1.084.860	4.797	811	1.090.468
Ativos Líquidos	275.730	-	-	275.730

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante o ano de 2019 não ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsa um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2019	Valor carteira 2018
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	81.959	92.543
Obrigações cotadas	1.717.037	1.734.311
	<u>1.798.996</u>	<u>1.826.854</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	4.368.765	3.315.125
Papel comercial	50.000	-
Derivados	21.533	6.629
	<u>4.440.298</u>	<u>3.321.754</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>6.239.294</u>	<u>5.148.608</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

O ano de 2018 foi marcado por uma mudança significativa ao nível do portfólio de títulos da Fundação, o que conduziu a montantes significativos de recebimentos e pagamentos de atividades de investimento durante o exercício, com compras e vendas significativas no exercício.

As participações financeiras em Acções geraram dividendos no montante de 3.234 euros (2.678 Euros em 2018) – Nota 16..

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

	31.12.2018			31.12.2018		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
Acções cotadas						
EDP-RENOVÁVEIS	1.960	10,50	20.580	1.960	7,78	15.239
REN-SGPS	9.367	2,72	25.478	9.367	2,43	22.799
BCP	75.835	0,20	15.375	75.835	0,23	17.404
THE NAVIGATOR COMPANY	2.535	3,59	9.096	2.535	3,60	9.126
SONAECOM, SGPS, S.A.	5.758	1,99	11.430	5.758	2,47	14.222
ALPHABET INC	-	-	-	3	914,13	2.742
NETFLIXINC.STOK SPLIT	-	-	-	13	223,65	2.907
FACEBOOK INC-A	-	-	-	24	116,33	2.792
AMAZON.COM.INC	-	-	-	2	1.290,85	2.582
APPLE COMPUTER INC	-	-	-	20	136,45	2.729
			<u>81.959</u>			<u>92.543</u>

Fundos de Investimento	31.12.2019			31.12.2018		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Obrigações						
BPI- Obrigações Mundiais	13.029,67	7,75	100.949	13.273,54	7,30	96.886
JUP.GL.FDS DYNAMIC	-	-	-	5.257	12,58	66.127
DEUTSCHE FLOATING IC	5.940	84,32	500.891	1.956	83,49	163.348
ALLIANZ GIF-FLOAT.RA	1.334	1.001,29	133.567	164	1.000,17	164.267
CAIXA BANK GLOBAL	6.655	9,92	66.001	6.655	9,86	65.634
BLUEBAY-GL SOVEREIGN	110	95,51	10.483	243	89,87	21.868
SISF-EM.MKTSDEBT AB	2.128	30,73	65.393	3.279	30,10	98.707
CANDRIAM BDS.EURO HIGH	46	2.196,64	100.123	-	-	-
CANDRIAM BDS BONDS EUR	8.090	16,51	133.571	-	-	-
BPI-ÁSIA PACÍFICO	2.118	31,54	66.790	-	-	-
BPI EURO G.CAPITALIZ	4.439	29,99	133.137	-	-	-
MSS SHORT MATURYTI EUR	3.247	30,86	100.211	-	-	-
PICTET EURO SHORT TE	655	130,19	85.312	-	-	-
Acções						
ODDO AVENIR EUROPE	-	-	-	0,13	305.819,50	39.451
JUP.EURGRW	-	-	-	1.611	40,76	65.681
RAMLUX	-	-	-	68	399,68	27.373
SISF ASIAN TOT R.	770	26,51	18.170	61	222,98	13.517
MAINFIRST IDEAS F.R	-	-	-	500	121,87	60.974
GS-GLOBALCOR.EQ.PTF	1.232	24,08	29.655	1.521	19,13	29.098
ELEVA UCITS FD-I	30	1.439,89	43.657	52	1.128,87	58.329
PIONEER FDS EQ.VA	19	2.114,35	40.947	32	1.698,68	54.062
FUNDSMITH-I-EUR	-	-	-	2.417	32,12	77.633
IVIUMB.EUF	-	-	-	2.260	19,74	44.614
FUNDO HERMES IF-GLOB EM-F	-	-	-	8.141	2,65	19.449
FUNDO MIRAE-AS.CREAT CON	1.044	19,15	17.801	990	14,69	12.697
BPI AFRICA CL M EURO	2.433	9,88	24.024	2.433	8,92	21.699
VANG.INV.S-EUROZ.ST	-	-	-	339	172,55	58.551
VANGUS500S	2.009	36,87	65.923	892	28,07	21.860
VANGUARD IS-EM.MKT.STK EL	-	-	-	487	148,36	72.233
MAN GLG JAPAN CORE-I	-	-	-	166	183,96	30.466
COMGEST GROWTH PLC-I	-	-	-	3.320	9,01	29.915
PICTET T.RET.AG.I	809	129,53	104.813	809,18	124,88	101.051
BLACKROCK-EUROP.ABSO	706	139,05	98.229	706,43	137,49	97.127
MERRILL.L-MW-B-EURO	596	136,29	81.272	595,88	136,83	81.535
DNCA INV.-MIURI-I	768	79,01	54.005	-	-	-
AXA WF-GB INFLATION	44	460,13	18.136	-	-	-
BPI OPPOCI	2.620	10,30	26.996	-	-	-
BPIGIF ALTERNATIVE	21.778	12,56	273.439	21.958,36	12,24	268.770
ALLIANZ EUR.AQ.WT	14	2.948,94	41.893	-	-	-
ETFISHAR S+P 500EURO HEDC	3.275	17,25	56.486	-	-	-
AXA WF-EURO IFLATION BD	18	1.095,30	17.731	-	-	-
PICTET TOT RET.EUR	36	2.079,46	74.929	-	-	-
AXA WF EURO CRED SH	147	134,30	19.761	-	-	-
CARMIGNAC PTF-EUR.FI	4.721	22,20	104.817	-	-	-
AMUNDI IND EMU-RE EUR	764	145,08	110.836	-	-	-
SISF Asian Oportunity	2.247	20,26	40.515	-	-	-
BPI IBERCI	116	199,31	20.599	-	-	-
Fundos Diversificação						
OLD MUT GIS RET.FD	-	-	-	82.376,28	1,61	132.255
MARSHALL WACE UCITS-MW	615	139,52	85.771	583,35	134,29	78.340
PICTET TR-DIVERS ALP	751	109,03	81.856	886,26	105,76	93.731
Fundos fechados						
ETFISHAR S+P 500EURO HEDC	834	70,81	59.056	1.902	56,05	61.207
ETF-ISHARES S&P INEX FUND	-	-	-	362	7,67	78.827
ETF-ISH-S&P 500 INFORMATION	-	-	-	1.753	7,67	11.737
ISH ST.30-15 (FRA)	7.212	9,54	68.802	9.623	8,46	81.449
ETF-ROBO GLOBAL ROBOTICS	-	-	-	1.666	12,81	18.639
ETF-FIRST TRUST CLOUD COMI	-	-	-	454	47,97	19.020
ETF-GLOBAL X FINFECH	-	-	-	676	22,01	12.995
ETF-ISHARES PHYSICAL GOLD	4.896	29,78	129.765	-	-	-
IETF-ISHARES CORE MSCI JAP	980	4.874,00	39.171	655	32,50	21.288
Fundos de Tesouraria						
BNP INSTIC	5.496	138,72	762.322	916	139,29	127.553
BPI LIQUIDEZ	35.263	7,40	260.958	31.464	7,39	232.466
AMUNDI CASH COR-IC	-	-	-	2	233.923,70	382.699
			<u>4.368.765</u>			<u>3.315.125</u>

Obrigações cotadas	31.12.2019				31.12.2018			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
SEMAPA 2006/2017	-	0,00%	0,00%	-	143.000	100,20%	2,98%	144.175
BIAL TV-2019	-	0,00%	0,00%	-	100.000	101,25%	3,61%	102.992
CIN-2014/2019	-	0,00%	0,00%	-	100.000	101,99%	3,35%	102.102
GRUPO PESTANA-14/20	100.000	100,10%	3,50%	101.315	100.000	100,00%	3,50%	101.215
MEDIA C APITAL-14-19	-	0,00%	0,00%	-	200.000	93,00%	3,73%	89.056
HOVIONE FAR 2023	100.000	101,38%	2,61%	102.038	100.000	100,20%	2,73%	100.883
NOS SGPS - 15 -2022	100.000	102,18%	1,72%	102.635	100.000	101,89%	1,17%	102.341
OTRV DEZEMB. 2022	355.000	100,23%	103,23%	366.731	355.000	102,85%	1,10%	365.400
MORGAN STANLAY-TV-10-2023	122.000	102,15%	3,34%	111.618	122.000	99,23%	3,89%	106.513
WELLS FARGO &COMPANY-10-2023	123.000	100,05%	3,16%	111.708	123.000	99,14%	3,76%	107.188
SOC.GEN-TV-2023	100.000	99,70%	0,06%	99.775	100.000	96,23%	0,13%	96.237
CREDIT AG-TV 2023	-	0%	0,00%	-	100.000	96,23%	0,28%	97.064
GOLDMAN SACHS	50.000	100,19%	0,22%	50.094	121.000	99,29%	0,31%	115.305
CGD-4.625%-2012	100.000	100,26%	5,75%	117.098	100.000	100,91%	5,75%	103.840
EDP-TV-30.04.2079	200.000	111,68%	4,50%	229.379	-	0,00%	0,00%	-
USTREASURY N/B 1.625%-2022	214.800	100,05%	1,63%	191.685	-	0,00%	0,00%	-
BTS -OBRIGAÇÕES DO TESOURO	132.612	100,26%		132.961	-	0,00%	0,00%	-
				<u>1.717.037</u>				<u>1.734.311</u>

Papel Comercial	31.12.2019				
	Valor aplicado	Taxa Bruta	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
REN SGPS SA	50.000	0,00511%	16.12.2019	26.01.2020	50.000
	<u>50.000</u>				<u>50.000</u>

Papel Comercial	31.12.2018				
	Valor aplicado	Taxa Bruta	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
REN SGPS SA	-	-	-	-	-
	<u>-</u>				<u>-</u>

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)	31.12.2019			
	Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Valor no Dia
OPCA SX5E 03/20/20	29	51,6	20.03.2020	14.964
Derivados - Conta Margem				6.569
				21.533

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)	31.12.2018			
	Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Valor no Dia
OPCA SX5E 03/20/20	-	-	-	-
Derivados - Conta Margem	3	1,15	18-03-2019	6.629
				6.629

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Ações	13.860	15.282
Obrigações	93.497	60.509
Derivados	-	113.006
Outros - UP's	253.405	15.476
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Ações	(10.692)	(19.210)
Obrigações	(3.820)	(38.060)
Derivados	-	(6.902)
Outros - UP's	(32.167)	(265.732)
	314.084	(125.630)

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que não se encontra inscrito na rubrica de Balanço “Fundo Social”

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2019	31.12.2018
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopelle, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	-----	-----
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(12.470)	(12.470)
	-----	-----
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais - Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2019 o saldo desta rubrica inclui o montante de 49.880 Euros (74.820 Euros em 31 de Dezembro de 2018) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Faz ainda parte desta rubrica o montante de 2.442 Euros (6.242 Euros e 4.883 Euros em 31 de Dezembro de 2017, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto “Memória de África -Módulo Oriente”.

Do total dos subsídios recebidos, para investimento, foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.624 Euros (33.613 Euros em 31 de Dezembro de 2018 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2019 (33.613 Euros em 31 de Dezembro de 2018) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

Assembleia de Fundadores

Em abril de 2019, realizou-se a Assembleia Geral de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2018.

Nesta Assembleia, foi dado conhecimento da criação de um Grupo de Trabalho, constituído por um conjunto de Fundadores com maior peso fundacional (BPI, Milleniumbcp, Caixa Geral de Depósitos, EDP, Pharol, Galp Energia e Fundação Belmiro de Azevedo), que elaborou um documento no qual são definidas várias hipóteses para o futuro da FPA. Foi escolhida a hipótese que promove a alocação anual dos Fundos da FPA em programas de montante relevante, por exemplo 2 milhões de euros por ano, montante a ser revisto nos anos seguintes consoante sucesso dos projetos. Os projetos devem ser desenvolvidos por instituições portuguesas de ensino superior e preferencialmente destinados a doutoramentos e mestrados em áreas de ciências e tecnologias, e deverão ser avaliados por um júri composto por personalidades com reconhecida isenção, idoneidade e competência. Resultou desta solução aprovada pelo Conselho de Administração e da proposta entretanto avançada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros uma convergência de objetivos que deverão ser ponderados e decididos oportunamente

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações a liquidar	1.468	1.418
Outras contas a pagar	6.619	5.979
	8.087	7.397

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2019, o montante de, aproximadamente, 6.161 Euros (5.979 Euros em 2018), correspondente ao último trimestre de 2018 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

11 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Subsídio Camões - Escolas Profissionais	-	142.018
Outros subsídios	3.690	3.690
	<u>3.690</u>	<u>145.708</u>

Em 2018, o subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua foi de 142.018 euros, sendo este pago numa única prestação de 142.018 Euros. Importa salientar que foi realizado um acompanhamento das despesas, sendo, semestralmente, entregue o relatório ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua para aprovação.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2015 a 2018, no montante total máximo de 560.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo. Este projeto terminou em 2018.

12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	36.769	35.684
Comissão de gestão da carteira	24.246	19.756
Deslocações e estadas	9.533	11.077
Conservação e reparação	3.731	5.466
Comunicação	3.280	3.521
Outros Fornecimentos e serviços externos	30.012	33.172
	<u>107.571</u>	<u>108.675</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2019 um montante de 12.251 Euros relativos a serviços de manutenção (12.251 Euros em 2018) e 12.352 Euros de honorários para auditoria em 2019 (11.860 Euros em 2018).

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

13 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Escolas Profissionais de Moçambique	31.018	155.602
Subsídios diversos		3.500
Divulgação de acções preventivas de ITS's, VIH e SIDA	-	4.800
Observatório de África	-	7.623
Projeto "CIRINEUS"-Moçambique	-	16.000
Conexão lusófona	-	3.000
Conferências Lisboa	-	5.000
	<u>31.018</u>	<u>195.525</u>

O subsídio concedido pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2019 para o projeto “Escolas Profissionais de Moçambique”, inclui o montante de 25.900 Euros (85.700 Euros em 2018) relativo à remuneração do consultor e 4.214 euros de encargos sociais .

14 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Subsídios ao investimento	33.624	33.613
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	862
Obrigações	11.502	22.470
Outros - UP's	44.801	24.031
Valorização a Justo Valor de derivados	31.749	160.224
	<u>121.676</u>	<u>241.200</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África” (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

Nas rubricas “Valorização a Justo Valor de derivados” encontra-se registado o movimento de justo valor e respetivo movimento financeiro relativo a derivados cambiais, cujo impacto em “Outros rendimentos” e “Outros gastos” totaliza, 31.749 euros e 70.077, respetivamente, no exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

15 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Impostos	2.208	8.505
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	16.106
Obrigações	835	41.656
Outros ativos financeiros- UP'S	2.980	58.531
Valorização ao justo valor de derivados	70.077	214.427
Outros gastos	2.041	8.721
	<u>78.141</u>	<u>347.946</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

Relativamente aos impostos o valor deve-se ao IVA não dedutível do normal funcionamento da atividade.

A rubrica de “Outros gastos” em 2019 incorpora essencialmente custos com transferência, compra e venda de Títulos no valor de 1.477 Euros.

16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

Juros obtidos	2019	2018
Depósitos bancários	5.678	5.027
Papel comercial	7	0
Dividendos (nota 7)	3.234	2.678
	<u>8.919</u>	<u>7.705</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

Em 2019 foram recebidos dividendos da Navigator (708€) da REN (1.606€) da Sonaecom (645€) da EDP (111€) e do BCP (152€)

No exercício de 2018 as ações que geraram dividendos foram as da EDP (118 Euros), REN (1.602 Euros), Sonaecom, SGPS (213 Euros), Navigator (707 Euros).

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Perante os acontecimentos recentes relacionados com a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde provocada pelo novo coronavírus (COVID 19), e atendendo ao estado atual de operações da Fundação, conforme atrás já descrito, é expectativa da Administração que o principal impacto se possa refletir sobretudo ao nível da valorização dos ativos financeiros da Fundação. De referir que, apesar de em 31 de Março de 2020 se ter verificado uma desvalorização da carteira de aplicações financeira da Fundação, justificável pela situação provocada nos mercados financeiros pela pandemia do COVID-19 (tendo o impacto acumulado da desvalorização líquida de ativos financeiros, e de perdas líquidas com alienações realizadas ascendido a um valor negativo que não chega a 100.000 Euros), esta situação não se agravou no mês de abril e em 30 de Abril de 2020, o valor da carteira situava-se nos níveis de 31 de Dezembro de 2019, o que evidencia o perfil conservador das aplicações financeiras, tendo se entretanto reduzido praticamente a totalidade da exposição a produtos de maior risco. No entanto, à data atual, não é possível estimar potenciais impactos futuros sobre a valorização da carteira atendendo a que os mesmos irão depender da evolução futura da pandemia e seu reflexo ao nível dos mercados financeiros, o que é incerto. Não obstante, tendo por base as informações disponíveis na presente data, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Fundação em 31 de dezembro de 2019, mantém-se, apropriado.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 10.262.091 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.244.366 euros, incluindo um resultado líquido de 66.498 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para o divulgado no Relatório de Gestão e na nota 17 do anexo às demonstrações financeiras, no que diz respeito aos impactos dos acontecimentos recentes relacionados com a pandemia provocada pelo Covid-19 e à incerteza sobre em que medida, no futuro, a evolução da situação poderá afetar os ativos e situação financeira da Fundação, não sendo possível ainda quantificar os mesmos, não obstante seja divulgado que tais impactos não colocam em causa, face à informação disponível, o pressuposto da continuidade das operações utilizado pela Fundação na preparação das demonstrações financeiras.

Conforme referido no Relatório de Gestão da Entidade e no anexo às demonstrações financeiras (Notas 3.1 e 8), após na Assembleia Geral de Fundadores realizada a 16 de abril de 2019 ter sido dado conhecimento da criação de um grupo de trabalho constituído pelos fundadores mais relevantes da Fundação Portugal Africa, que definiu várias hipóteses para a atividade futura a desenvolver, no segundo semestre de 2019 iniciaram-se conversações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros tendentes ao reforço financeiro da Fundação e à definição de um novo projeto âncora de cooperação entre Portugal e sobretudo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, sendo que durante o exercício de 2019 a Fundação manteve uma atividade limitada aos compromissos assumidos e correntes e reduzindo ao mínimo a sua intervenção em projetos próprios ou promovidos por entidades terceiras. Face ao exposto, a continuidade das operações da Entidade dependerá da orientação estratégica que venha a ser definida em Assembleia Geral de Fundadores e dos planos que vierem a ser aprovados e do sucesso da sua implementação.

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

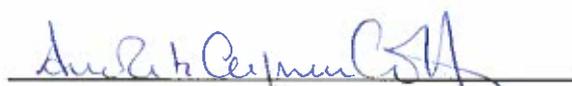
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 1 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC



RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de dezembro de 2019.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2019.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 1 de junho de 2020

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **MARIA HELENA DIAS DUARTE**
Num. de Identificação: BI045705143
Data: 2020.06.15 10:40:36+01'00'

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido apurado no exercício, no montante de € 66.497,61 (sessenta e seis mil quatrocentos e noventa e sete euros e sessenta e um cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € 66.497,61

TOTAL: € 66.497,61

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

ELENCO DE FUNDADORES

(Euros)

1. Banco BPI, S.A.	5 426 922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798
9. Câmara Municipal do Porto	299 279
10. Fundo EFTA	274 339
11. IAPMEI	124 700
12. Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700
13. H. Cabora Bassa	99 760
14. Tabaqueira, S.A.	99 760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820
16. Estado Português	49 880
17. Partex, S.A.	49 880
18. Tertir, S.A.	49 880
19. Cabelte, S.A.	24 940
20. Fáb. Moagens do Marco, S.A.	24 940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940
22. Ferbritas-Emp. I. Comerciais, S.A.	24 940
23. Quintas & Quintas, S.A.	24 940
24. RAR-Holding, S.A.	24 940
25. Asea Brown Boveri, S.A..	24 940
26. Soc. Portug. Acum. Tudor, S.A.	24 940
27. Solidal, S.A.	24 940
28. Somague, S.A.	24 940
29. Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24 940
30. Associação Emp. Portugal	12 470
31. Inst. Inv. Cient. Tropical	9 976
32. OGMA-Ofic. G.M. Aeronautico	9 976
33. Academia I. Cult. Portuguesa	4 988
34. Árvore-Coop. Activ. Artísticas	4 988
35. Associação Com. do Porto	4 988
36. Associação Ind. Portuguesa	4 988
37. Assoc. P.D. Econ. Coop. -ELO	4 988
38. Câmara C.I. Port./A.C. Lisboa	4 988
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988
40. Com. Coord. Região Norte	4 988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988
42. Cosec-Comp-Seg. Crédito	4 988
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988
44. Fund. Luso-Amer. p/Desenv.	4 988
45. Inst. Eng. Sist. Computadores	4 988
46. Instituto Nac. de Estatística	4 988
47. Inst. Sup. Ciênc. Soc. Políticas	4 988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988
49. Instituto Superior Técnico	4 988
50. Inv. Com. Tur. Portugal (ICEP)	4 988
51. Lab. Nac. Eng. Civil (LNEC)	4 988
52. PME Capital, S.A.	4 988
53. Profabril-Centro Projectos	4 988
54. Un. Cid. Cap. Luso-Am. As. (UCCLA)	4 988
55. Universidade de Aveiro	4 988
56. Universidade Católica	4 988
57. Universidade do Minho	4 988
58. Universidade Moderna	4 988
59. Universidade do Porto	4 988
60. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988

ORGÃOS SOCIAIS
2015 / 2019

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.^a Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Pedro Alexandre de Morais e Castro)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia)

Galp Energia / Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Millenniumbcp / Banco Comercial Português (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Dr. Rodolfo Lavrador)

Pharol, S.A. / Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís de Sousa Macedo)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr.^a Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra – Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr. Pedro Alexandre de Morais e Castro)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

CONSELHO DE CURADORES

Presidente – Dr. Francisco Murteira Nabo

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.º António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Ramon Font

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – INESC

CONSELHO FISCAL

IAPMEI (Dr.^a Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.^a Fátima Fonseca)